

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

01. Contexto operacional

A Paranapanema S.A., (“Paranapanema”, a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Dias D’ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, e tem por objeto atividades industriais na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos, consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semi manufaturados, peças e componentes industriais; pesquisa e lavra de minerais em geral, inclusive a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; comercialização, importação e exportação, transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e todas as demais atividades ligadas à indústria de mineração; atividades industriais correlatas ao aproveitamento de materiais de origem minerária, ou produtos acabados da metalurgia; atividades de construção civil em geral, inclusive a exploração de serviços públicos; a compra e venda e a fabricação, a importação e a exportação de produtos acabados, máquinas e equipamentos e outros bens de consumo e de produção relacionados com as atividades acima enumeradas; prestação de serviços de assessoria e outros serviços correlacionados às atividades acima enumeradas.

Fundada em 1961, a Companhia tem 2.245 colaboradores diretos, 05 unidades industriais em três estados brasileiros em 31 de dezembro de 2011.

As ações da Companhia são listadas e negociadas BM&FBOVESPA desde 1971, sendo que em 31 de dezembro de 2011 eram negociadas no Nível 1 de governança corporativa e a partir de 15 de fevereiro de 2012 passaram a ser negociadas no novo mercado da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas controladas diretas, que conjuntamente formam o “Grupo”.

| Controladas | 2011 | 2010 |
|---|---------|---------|
| Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes | 99,84% | 99,84% |
| CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda | 99,99% | 99,99% |
| Paranapanema (USA) Inc. | 100,00% | 100,00% |
| Caraíba Incorporated Ltd. | 100,00% | 100,00% |
| Caraíba Energia Ltda. | 99,99% | 99,99% |
| Paraibuna Agropecuária Ltda. (a) | 100,00% | 100,00% |
| PMA Importadora e Exportadora Ltda. (b) | 100,00% | - |
| PMA Minerals Ltda (c) | 99,90% | - |
| PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda (d) | 99,90% | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

a) Paraibuna Agropecuária Ltda.

Durante o processo de avaliação dos ativos da Companhia e suas controladas para fins de adoção do IFRS, foi solicitado a especialistas, a avaliação de 6 (seis) propriedades rurais, localizadas no norte do Estado da Bahia, pertencentes à Paraibuna Agropecuária Ltda., controlada da Paranapanema S.A..

As 6 (seis) propriedades rurais continuam em fase de avaliação, que dependem de trabalhos de georeferenciamento do solo, que definirá a área total das propriedades, áreas de preservação ambiental e seus reais valores.

Uma vez que estas propriedades se destinam a venda futura, qualquer efeito referente à conclusão da avaliação das referidas propriedades rurais, não trará impacto nas demonstrações financeiras.

b) PMA Importadora e Exportadora Ltda.

Em 18 de abril de 2011, foi constituída a sociedade limitada denominada PMA Importadora e Exportadora Ltda. ("PMA"), situada no estado do Espírito Santo, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCEES em 18 de abril de 2011, com participação de 100% pela controladora Paranapanema S.A. A PMA tem como objeto social, a realização de atividades de comercial exportadora "Trading", bem como a importação, exportação e distribuição de mercadorias e produtos em geral por conta própria, por encomenda ou por conta e ordem de terceiros.

c) Constituição de Sociedade Limitada PMA Minerals Ltda.

Em 05 de outubro de 2011, foi constituída a sociedade limitada denominada PMA Minerals Ltda., situada no estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 21 de outubro de 2011, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A. A PMA Minerals Ltda. tem como objeto social, a exploração de direitos de mineração, venda e atuação como intermediária para terceiros na venda de produtos minerais, distribuição, comercialização e industrialização de produtos minerais e a participação em outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Está em andamento a regularização junto aos órgãos governamentais. Sendo a integralização do capital de acordo com o contrato social ocorrerá em 05 de outubro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

d) Constituição de Sociedade Limitada PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Em 05 de outubro de 2011, foi constituída a sociedade limitada denominada PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda., situada no estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 24 de outubro de 2011, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A. A PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda. tem como objeto social, a compra, venda, locação, desoneração, exploração de imóveis próprios ou de terceiros e a participação em outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Está em andamento a regularização junto aos órgãos governamentais. Sendo a integralização do capital de acordo com o contrato social ocorrerá em 05 de outubro de 2013.

e) Incorporação de Companhia controlada Eluma S.A. Indústria e Comércio

Em 10 de março de 2010, a Companhia e sua controlada Eluma S.A Indústria e Comércio divulgaram fato relevante ao mercado, em que a Administração da Companhia Paranapanema S.A. e da sua controlada Eluma S.A. Indústria e Comércio celebraram instrumento próprio visando à incorporação da controlada pela Paranapanema S.A., que foi submetida à apreciação dos acionistas das respectivas companhias na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2010 e devidamente aprovada.

De acordo com 5ª. Alteração do contrato social, ocorrida em 27 de junho de 2011 a integralização do capital da Caraíba Energia Ltda ocorrerá em 30 de junho de 2012.

02. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2012, que autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras individuais da controladora.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Visando a melhoria da apresentação das demonstrações financeiras e em consonância com o disposto no parágrafo 74 do CPC 32 a Companhia reclassificou o montante de R\$ 82.253 na controladora R\$85.759 no consolidado, classificado no ativo não circulante como imposto de renda diferido, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para o grupo de passivo não circulante, como redutor do saldo constante na rubrica de imposto de renda diferido. Considerando que o referido saldo se refere a uma mesma entidade tributável, que tem o direito legal e executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e cujos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Adicionalmente, visando ainda a melhoria da apresentação das demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações: i) o imposto sobre circulação de mercadorias no montante de R\$ 7.967, na controladora e consolidado, registrado nos estoques em 2010, foi reclassificado para a rubrica de impostos a recuperar no ativo circulante; ii) despesas com redução ao valor recuperável do contas a receber no montante de R\$88, na controladora e consolidado, registrado como redutora da receita líquida de vendas em 2010 para a rubrica de despesas comerciais.

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar as melhorias e emendas emitidas pelo IASB para o IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros e o IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações introduzidas pelo IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo não impactaram nas demonstrações financeiras. A Companhia não possui operações de instrumentos de capital próprio extintos com um passivo financeiro e, portanto, o IFRIC 19 não impactou as demonstrações financeiras.

03. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

Esta norma passa a vigorar para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e tendo a sua adoção antecipada opcional.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 9 e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - A IFRS 10, estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando o impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção do IFRS 10.

- IFRS 11 Acordos em conjunto - A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas, e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia.

- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades - A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção do IFRS 12.

- IFRS 13 Mensuração do valor justo - A IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e US GAAP. A norma entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

• IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)
- Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela da Companhia.

04. Sumário das principais práticas contábeis

- a) Reconhecimento de receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita com venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

- b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- c) Transações denominadas em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, o Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da atualização dos saldos ativos e passivos resultantes da diferença entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas no patrimônio líquido.
- d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.
- d.1) Ativos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:
- d.1.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge, definidos em conformidade com o CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. A cada data de encerramento são mensurados e apresentados no balanço pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, ganhos ou perdas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

com variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas avaliaram ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, quando pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

d.1.2) Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia manifesta intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos, menos perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização do método da taxa efetiva dos juros, atualização monetária, ganhos ou perdas com variação cambial, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

d.1.3) Empréstimos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos, menos perda por redução ao valor recuperável. A amortização do método da taxa efetiva de juros, atualização monetária, ganhos ou perdas com variação cambial, são

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

d.1.4) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias e.1 a e.3. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração do resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

(i) Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Houver transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- (a) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou
- (b) Não houver transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Quando houver transferência dos direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não ocorrer transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, este é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiveram o envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Quando o investimento é classificado como disponível para venda, é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deteriorização de seus ativos, e sendo possível estimar de maneira confiável, a Paranapanema e suas controladas reconhecem no resultado a perda por impairment.

d.2) Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, conta garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas incluem: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, conta garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

d.2.1) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente para negociação e com objetivo de venda no curto prazo, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e instrumentos derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, ganhos ou perdas com variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

d.2.2) Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

d.2.3) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e ganhos ou perdas com variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos da demonstração do resultado quando incorridos.

(i) Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d.3) Apresentação líquida Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d.4) Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de um mercado ativo, o valor justo dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota 24

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge e futuros: A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos futuros de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. A Companhia e suas controladas possuem hedge com a seguinte classificação:

- hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

- hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Os derivativos que satisfazem os critérios para contabilidade como hedge são registrados da seguinte forma:

Hedge de valor justo: O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge (para instrumento de hedge derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 38 (para instrumento de hedge não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de hedge e as mudanças do valor justo do item objeto de hedge atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de hedge. A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de hedge é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionado ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de hedge numa relação de hedge, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial, decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto, será transferido para o saldo do item objeto de hedge no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

Hedge de fluxo de caixa: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia e suas controladas para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperado, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogado, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia e suas controladas mantiverem um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

- f) Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços de aplicação original e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota nº 05.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

- g) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a composição da contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na nota nº 06.
- h) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.
- i) Depósitos judiciais: Depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
- j) Despesas antecipadas: Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia irão ocorrer durante o exercício seguinte.
- k) Investimentos: Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresentadas abaixo:

| Controladas | 2011 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes | 99,84% | 99,84% |
| CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda | 99,99% | 99,99% |
| Paranapanema (USA) Inc. | 100,00% | 100,00% |
| Caraíba Incorporated Ltd. | 100,00% | 100,00% |
| Caraiba Energia Ltda. | 99,99% | 99,99% |
| Paraibuna Agropecuária Ltda. | 100,00% | 100,00% |
| PMA Importadora e Exportadora Ltda. | 100,00% | - |
| PMA Minerals Ltda | 99,90% | - |
| PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda | 99,90% | - |

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora. Sendo as políticas contábeis consistentes para todo o Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pelas eliminações dos seguintes:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

l) Propriedades para investimento: Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

- m) Ações em tesouraria: Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.
- n) Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, custo de empréstimos, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, ocorrida em 01 de janeiro de 2009, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado para todos os itens relevantes das classes de Terrenos e Edificações e Máquinas e Equipamentos, optando por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo técnico de avaliação efetuado por peritos independentes de empresa especializada, elaborados de acordo com as diretrizes seguindo a norma NBR 14.653 e demais normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas e do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, em conformidade com os requerimentos do CPC 27, ICPC 10 e IAS 16. Sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, gerando um aditivo, em 01 de janeiro de 2009, de R\$136.857 ao custo anteriormente registrado de R\$328.551 no ativo imobilizado no balanço da Caraíba Metais S.A., incorporada em 13 de novembro de 2009, um aditivo de R\$261.710 ao custo de R\$108.054 no balanço da Eluma S.A. Ind. e Com., incorporada em 31 de março de 2010 e um aditivo de R\$17.017 ao custo de R\$18.023 no balanço da Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes S.A., totalizando no consolidado um aditivo de R\$415.584 ao custo de R\$454.628. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. A contrapartida do saldo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados conforme determinado pela norma contábil e fiscal. As premissas e os fundamentos que foram utilizados para proceder à avaliação e à estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual foram:

- Inspeção física para verificação da existência, estado de conservação, manutenção preventiva e corretiva e características técnicas dos bens avaliados.

- Determinação da vida útil de cada grupo de bens através das análises de dois parâmetros principais: a vida útil teórica e a vida útil baseada em investimentos econômicos despendidos através do tempo.

- Determinação das taxas de depreciação e dos valores individuais da vida útil remanescente para cada bem do ativo.

- Análise e comparação das amostras escolhidas e das tabelas técnicas existentes, determinar a vida útil para cada grupo de bens, para a fixação dos percentuais relativos à depreciação e os valores de vida útil remanescente.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores estão divulgados na nota explicativa 12.

- o) Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros, variação cambial e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

p) Ativos não circulantes mantidos para venda: Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

q) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

r) Arrendamento Mercantil - Companhia como arrendatária: Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros. De forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas da demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Companhia como arrendadora: Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse exercício (Nota 25).

- s) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment"): O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, e o seu valor em uso, dos dois o maior, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda.

Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação, preços cotados de ações de subsidiárias abertas e outros indicadores de valor justo disponíveis.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

- t) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em benefício da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- u) Tributação: Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos das despesas financeiras estão apresentados deduzindo as próprias linhas na demonstração do resultado.

O imposto de renda corrente e diferido é calculado e registrado com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas Cibrafertil e CDPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

- v) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

- w) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, sendo que alguns são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo, é registrado somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.
- x) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Estimativas contábeis: São baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As premissas significativas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sem observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferentes da estimativa da administração está apresentada na nota 24 no tópico análise de sensibilidade.

(3) Redução ao valor recuperável (Impairment)

As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas nas notas 12 e 13.

(4) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- y) Lucro por ação: A Companhia apura o saldo de lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício de cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia, seguindo sua política de aplicação de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em títulos públicos federais em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco Moodys, Standar & Poors e Fitch.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Caixa e bancos | 6.095 | 5.954 | 7.765 | 9.957 |
| Aplicações financeiras (i) | 73.135 | 74.750 | 73.135 | 74.750 |
| Cambiais Recebidas (ii) | 23.416 | 42.121 | 23.416 | 42.121 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 102.646 | 122.825 | 104.316 | 126.828 |
| Aplicações financeiras | 664.224 | 455.836 | 666.215 | 456.491 |
| Aplicações financeiras | 664.224 | 455.836 | 666.215 | 456.491 |
| | 766.870 | 578.661 | 770.531 | 583.319 |

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data do Balanço Patrimonial é igual ou inferior a 90 dias que possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativos de flutuação em função da taxa de juros.

(ii) Referem-se a operações recebidas de clientes no exterior, aguardando fechamento de câmbio no momento em que a Companhia e suas controladas tiverem necessidade de caixa ou alguma operação de compra na mesma moeda externa.

5.1. Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,82% (101,34% em 2010) do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía R\$4.378 referente a aplicações financeiras dadas em garantia, a título de garantia das operações realizadas na BM&FBOVESPA.

5.2. Demais aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,82% (101,34% em 2010) do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo e letras do tesouro nacional remuneradas a 12,12% a.a., (12,36% a.a. em 2010), mensuradas ao valor justo conforme taxas relativas de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía R\$4.495 referente a aplicações financeiras dadas em garantia de operação de compra de energia no mercado livre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

06. Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Clientes no país: | | | | |
| Terceiros | 204.285 | 214.723 | 319.225 | 327.953 |
| Ajuste a valor presente | (4.997) | (970) | (6.611) | (1.751) |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (24.303) | (24.882) | (27.732) | (28.311) |
| Clientes no exterior: | | | | |
| Terceiros | 227.392 | 235.715 | 227.392 | 235.715 |
| Ajuste a valor presente | (3.645) | - | (3.645) | - |
| | <u>398.732</u> | <u>424.586</u> | <u>508.629</u> | <u>533.606</u> |
| Ativo circulante | 380.638 | 418.980 | 490.535 | 528.000 |
| Ativo não-circulante | 18.094 | 5.606 | 18.094 | 5.606 |

A composição das contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisão perda por redução ao valor recuperável, é descrita como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| A vencer de 91 a 120 dias | 40.150 | 20.361 | 40.150 | 20.361 |
| A vencer de 61 a 90 dias | 26.737 | 26.343 | 31.364 | 30.762 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 57.387 | 58.691 | 86.053 | 88.666 |
| A vencer até 30 dias | 258.786 | 271.096 | 331.458 | 338.775 |
| Vencidas há 30 dias | 18.781 | 36.954 | 23.347 | 43.708 |
| Vencidas de 31 a 60 dias | 356 | 2.991 | 865 | 2.992 |
| Vencidas de 61 a 90 dias | 319 | 218 | 319 | 217 |
| Vencidas de 91 a 120 dias | 11 | 277 | 11 | 277 |
| Vencidas há mais de 120 dias | 4.034 | 6.917 | 4.505 | 7.891 |
| | <u>406.561</u> | <u>423.848</u> | <u>518.072</u> | <u>533.649</u> |
| Ajuste a valor presente | (8.642) | (970) | (10.256) | (1.751) |
| Outros | 813 | 1.708 | 813 | 1.708 |
| | <u>398.732</u> | <u>424.586</u> | <u>508.629</u> | <u>533.606</u> |
| Ativo circulante | 380.638 | 418.980 | 490.535 | 528.000 |
| Ativo não-circulante | 18.094 | 5.606 | 18.094 | 5.606 |

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto da Companhia e é considerada suficiente para cobrir eventuais reduções ao valor recuperável sobre os valores a receber em aberto.

Para os recebíveis vencidos há mais de 120 dias a Companhia conta com a hipoteca de 2 imóveis no montante de R\$3.597, como garantia do recebimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|--|-----------------|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | <u>(24.882)</u> | <u>(28.311)</u> |
| Provisões do exercício | (2.043) | (2.043) |
| Utilizados | 2.622 | 2.622 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>(24.303)</u> | <u>(27.732)</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

O saldo da provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas a mais de 180 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas comerciais”.

07. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Produtos acabados | 160.804 | 275.290 | 173.044 | 279.378 |
| Produtos em processo | 239.827 | 315.338 | 239.827 | 315.338 |
| Matérias-primas | 353.931 | 296.805 | 359.204 | 302.412 |
| Importações em andamento | 183.397 | 163.240 | 184.241 | 165.996 |
| Materiais de manutenção e outros | 38.239 | 41.408 | 39.815 | 43.704 |
| Matéria prima em trânsito | 19.682 | 13.230 | 19.682 | 13.230 |
| Materiais para revenda | 10.711 | 25.132 | 13.212 | 27.889 |
| Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques | (3.082) | (1.014) | (3.082) | (1.014) |
| | 1.003.509 | 1.129.429 | 1.025.943 | 1.146.933 |

A constituição ou reversão da provisão para perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”. O efeito líquido da reversão/constituição para perda dos estoques em 2011 totalizou R\$2.069 (R\$1.433 em 2010),

Em 31 de dezembro de 2011 foi constituído o valor de R\$ 1.600 referente à provisão para estoque com baixa movimentação e ou obsoletos. O valor está registrado na rubrica “provisão para redução ao valor recuperável dos estoques”.

O valor líquido dos ajustes de estoque, oriundos do inventário físico cíclico e anual, foram reconhecidas como custo dos produtos vendidos totalizando R\$812 em 2011 e (R\$7 em 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

08. Impostos e contribuições a recuperar

| | | Controladora | | | |
|---|-------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | | 2011 | | 2010 | |
| Notas | | Ativo circulante | Ativo não circulante | Ativo circulante | Ativo não circulante |
| | | | | | |
| Imposto sobre operações financeiras-IOF | (a-b) | 1.194 | 14.305 | - | 16.687 |
| Imposto de renda retido na fonte-IRRF | | 8.213 | 2.676 | 11.295 | 2.676 |
| Imposto de renda e contribuição social antecipados | | 5.429 | - | - | - |
| Programa de integração social-PIS | (d) | 1.803 | - | 8.557 | - |
| Programa de integração social-PIS - Exportação | (d) | 279 | - | 9.554 | - |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS | (c) | 9.945 | - | 10.251 | - |
| Finsocial a restituir | (e) | 6.962 | - | - | 6.672 |
| Contr. para financ. da seguridade social-COFINS | (d) | 5.748 | - | 27.986 | - |
| Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export. | (d) | 1.283 | - | 44.006 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a ser restituído | (f) | 6.048 | 20.229 | 26.512 | - |
| Impostos sobre ativo imobilizado a creditar | | 5.482 | 3.859 | 7.411 | 6.350 |
| Adicional seguro acidente trabalho | | 266 | - | 1.680 | 979 |
| Impostos sobre produtos industrializados-IPI | | 2.000 | - | - | - |
| Reintegra | (g) | 4.324 | - | - | - |
| Outros | | 164 | 272 | 128 | - |
| | | 59.140 | 41.341 | 147.380 | 33.364 |

| | | Consolidado | | | |
|---|-------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | | 2011 | | 2010 | |
| Notas | | Ativo circulante | Ativo não circulante | Ativo circulante | Ativo não circulante |
| | | | | | |
| Imposto sobre operações financeiras-IOF | (a-b) | 1.194 | 14.305 | - | 16.687 |
| Imposto de renda retido na fonte-IRRF | | 8.473 | 2.676 | 11.433 | 2.676 |
| Imposto de renda e contribuição social antecipados | | 8.669 | - | 1.990 | - |
| Programa de integração social-PIS | (d) | 3.675 | - | 9.624 | - |
| Programa de integração social-PIS - Exportação | (d) | 279 | - | 9.554 | - |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS | (c) | 10.280 | - | 10.865 | - |
| Finsocial a restituir | (e) | 6.892 | - | - | 6.672 |
| Contr. para financ. da seguridade social-COFINS | (d) | 13.890 | - | 33.378 | - |
| Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export. | (d) | 1.283 | - | 44.006 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a ser restituído | (f) | 8.224 | 20.229 | 28.391 | - |
| Impostos sobre ativo imobilizado a creditar | | 5.675 | 3.993 | 7.572 | 6.805 |
| Adicional seguro acidente trabalho | | 266 | - | 1.680 | 979 |
| Impostos sobre produtos industrializados-IPI | | 2.000 | - | - | - |
| Reintegra | (g) | 4.324 | - | - | - |
| Outros | | 234 | 273 | 128 | - |
| | | 75.358 | 41.476 | 158.621 | 33.819 |

(a) Em 15 de maio de 2000, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009 obteve sentença definitiva, no Supremo Tribunal Federal – STF, na ação em que pedia a restituição dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, a título de IOF sobre os seus ativos financeiros, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor). A controlada obteve êxito definitivo no julgamento de mérito, entretanto, aguarda julgamento de embargos à execução de sentença interpostos pela União Federal, por não concordar com os valores executados pela Companhia. O referido ativo está demonstrado ao provável valor de realização, considerando o valor para qual a Companhia obteve êxito definitivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Em relação ao Processo de Ação de Restituição de Indébito de IOF nº 92.0007521-5, incidente sobre a transmissão do ouro quando ativo financeiro, transitada em julgado e já deferida pela Receita Federal, a Companhia efetuou o pedido de restituição e aguarda oportunidade de compensar ou restituir o valor registrado em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$1.194.
- (c) Refere-se substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS, gerados em suas operações, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.
- (d) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis 10.637/02 (PIS) e 10.866/03 (COFINS), que se refere ao regime de apuração para a não-cumulatividade. Em 31 de dezembro de 2011, R\$ 5.998 do saldo de R\$ 9.113, registrado na controladora, possuía pedidos de ressarcimento, para restituição ou compensação com demais tributos federais.
- (e) Refere-se ao saldo do crédito de Finsocial oriundo de decisão transitada em julgado na ação judicial nº 96.00.08452-1, já deferida pela Receita Federal, da Caraíba Metais S.A. incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, a Companhia efetuou o pedido de restituição e aguarda oportunidade de compensar ou restituir o valor.
- (f) Refere-se a saldo negativo de imposto de renda e contribuição social a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a companhia efetuou o pedido de restituição com processo administrativo e aguarda homologação da Receita Federal para compensar ou restituir o valor.
- (g) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos da não realização desses créditos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

| | Controladora | | | |
|---------------------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | 2011 | | 2010 | |
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Ativo circulante | Ativo não circulante |
| Adiantamentos a fornecedores | 530 | - | 2.666 | - |
| Adiantamentos a funcionários | 1.370 | - | 1.532 | - |
| Contas a receber de seguros | 1.912 | - | 3.061 | - |
| Precatórios municipais | - | 5.643 | - | 3.723 |
| Precatórios federais | - | 2.031 | - | 1.932 |
| Desapropriação | 271 | 1.623 | 246 | 1.474 |
| Títulos da dívida agrária - TDA | 1.364 | - | 1.348 | - |
| Outras | 426 | - | 932 | - |
| Provisão para perdas | (1.463) | - | (591) | - |
| | 4.410 | 9.297 | 9.194 | 7.129 |

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | 2011 | | 2010 | |
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Ativo circulante | Ativo não circulante |
| Adiantamentos a fornecedores | 539 | - | 2.713 | - |
| Adiantamentos a funcionários | 1.438 | - | 1.576 | - |
| Contas a receber de seguros | 3.819 | - | 4.896 | - |
| Precatórios municipais | - | 5.643 | - | 3.723 |
| Precatórios federais | - | 2.031 | - | 1.932 |
| Desapropriação | 271 | 1.623 | 246 | 1.474 |
| Títulos da dívida agrária - TDA | 1.364 | - | 1.348 | - |
| Outras | 422 | - | 932 | - |
| Provisão para perdas | (3.298) | - | (2.426) | - |
| | 4.555 | 9.297 | 9.285 | 7.129 |

A Companhia constituiu provisão para perdas de parte dos valores a receber de seguros, pois a Companhia está em fase de discussão dos valores. Entretanto a administração entende que os valores serão regularizados em 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos e partes relacionadas

a) Informações financeiras resumidas dos investimentos em 31 de Dezembro de 2011

| | Saldo de investimentos | | Equivalência patrimonial | | Informações financeiras resumidas de controladas em 31 de dezembro de 2011 | | | | | | | |
|---|------------------------|---------------|--------------------------|--------------|--|----------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------|-----------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Capital social | Patrimônio líquido | Receita líquida | Resultado d exercício |
| Empresas | | | | | | | | | | | | |
| Eluma S/A Indústria e Comércio | - | - | - | 9.495 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Paraibuna Agropec. Ltda. | 599 | 684 | (85) | (120) | - | 804 | 205 | - | 6.400 | 599 | - | (85) |
| PMA Imp. e Exp. Ltda. | 128 | - | (22) | - | 928 | - | 800 | - | 150 | 128 | - | (22) |
| Cibrafétil - Cia. Brasileira de Fertilizantes | 7.271 | 14.991 | (7.651) | (4.514) | 34.761 | 45.485 | 61.450 | 11.513 | 87.662 | 7.283 | 99.243 | (7.663) |
| CINC - Caraiba Incorporated Ltda. | 25 | 22 | - | - | 1.747 | - | 1.722 | - | 2 | 25 | 89.679 | - |
| PINC - Parapananema (USA) Inc. | 95 | 791 | (795) | (43) | 95 | - | - | - | 319 | 95 | - | (795) |
| CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda. | 1.624 | 4.872 | (3.248) | 4.522 | 189.766 | 2.251 | 190.393 | - | 2.000 | 1.624 | 2.126.211 | (3.248) |
| | <u>9.742</u> | <u>21.360</u> | <u>(11.801)</u> | <u>9.340</u> | <u>227.297</u> | <u>48.540</u> | <u>254.570</u> | <u>11.513</u> | <u>96.533</u> | <u>9.754</u> | <u>2.315.133</u> | <u>(11.813)</u> |
| Outros investimentos | 646 | 646 | | | | | | | | | | |
| | <u>10.388</u> | <u>22.006</u> | | | | | | | | | | |

b) Movimentação de investimentos da empresa controladora

| | | | | | | | 2011 | 2010 |
|--|--|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--|------------------------------|------------|---------------|
| | Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes | Paraibuna Agropec. Ltda. | PMA Importadora e Exportadora Ltda. | PINC - Parapananema USA Inc. | CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda. | CINC - Caraiba International | Outros | Total |
| No início do período | 14.991 | 684 | - | 791 | 4.872 | 22 | 646 | 22.006 |
| Constituição / aumento de capital | - | - | 150 | - | - | - | - | 150 |
| Participação acionária / Invest. permanentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (69) | - | - | - | - | - | - | (69) |
| Variação cambial de investimento no exterior | - | - | - | 99 | - | 3 | - | 102 |
| Equivalência patrimonial | (7.651) | (85) | (22) | (795) | (3.248) | - | - | (11.801) |
| Baixa por incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bens Imoveis | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Variação de particip. do PL | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos/recebidos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| No fim do período | <u>7.271</u> | <u>599</u> | <u>128</u> | <u>95</u> | <u>1.624</u> | <u>25</u> | <u>646</u> | <u>10.388</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

c) Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

| Controladas diretas | Ativo circulante | Passivo circulante | Vendas de mercadorias e serviços | Compras de mercadorias e serviços |
|--|------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Cibrafertil Cia. Brasileira de Fertilizantes | 12.153 | - | 16.799 | - |
| PINC - Paranapanema (USA) Inc. | - | 34 | - | - |
| CINC - Caraiba Incorporated Ltda.. | 26 | 1.742 | - | 89.679 |
| PMA Imp. e Exp. Ltda. | 800 | - | - | - |
| Paraibuna Agropecuária Ltda. | 205 | - | - | - |
| CDPC -Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda. | 184.408 | 72.231 | 1.927.303 | 855.755 |
| Total em 31 de dezembro de 2011 | 197.592 | 74.007 | 1.944.102 | 945.434 |
| Total em 31 de dezembro de 2010 | 203.587 | 85.505 | 1.664.498 | 598.070 |

O saldo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$12.153 (R\$19.595 em 2010), registrado no ativo circulante, refere-se à venda de ácido sulfúrico pela controladora Paranapanema S.A., utilizado no processo de industrialização de fertilizantes da controlada Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes.

O saldo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$184.408 (R\$183.670 em 2010), registrado no ativo circulante, refere-se à venda do produto para revenda da controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e R\$ 72.231 (R\$84.720 em 2010), registrado no passivo circulante, refere-se à compra de catodo e sucata da controlada.

As principais transações mantidas entre a controladora e suas controladas (compras, industrialização ou venda de minérios) consideram o conjunto das empresas como um todo e os aspectos operacionais específicos em que se realizam essas transações, observadas as condições comutativas de mercado.

O conceito de “partes relacionadas” foi estabelecido pelo CPC 05 (IAS 24). De acordo com a referida norma, entende-se por partes relacionadas á parte que está relacionada com a entidade: (a) direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade; (b) se for coligada da entidade; (c) se for joint venture (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (d) se for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (e) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referido nas alíneas (a) ou (d); (f) se for entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e); ou (g) se for plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja parte relacionada dessa Companhia.

d) Honorários da administração

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 e CPC 05, os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente e financeiro, relações com investidores, superintendente,

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

comercial e industrial e os membros do conselho de administração e fiscal. Adicionalmente, a Companhia não realizou operações com o acionista controlador.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------|--------------|-------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Remuneração dos conselheiros e estatutários | 4.850 | 4.426 | 5.231 | 5.087 |
| Participação de resultados | 2.996 | 2.410 | 2.996 | 2.808 |
| Encargos sociais de diretores e conselheiros | 952 | 1.221 | 1.041 | 1.303 |
| Previdência privada, assist. médica e seguro de vida | 337 | 324 | 354 | 354 |
| | 9.135 | 8.381 | 9.622 | 9.552 |

Os referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica Honorários da Administração no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

e) Despesas com benefícios à funcionários

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ordenados e salários | 130.808 | 104.477 | 134.552 | 122.107 |
| Participação nos resultados | 13.892 | 12.509 | 14.116 | 15.137 |
| Benefícios | 39.614 | 30.939 | 41.633 | 36.684 |
| | 184.314 | 147.925 | 190.301 | 173.928 |

11. Propriedades para investimento

Os itens classificados em 2010 como ativos não circulantes destinados a venda no valor de R\$ 15.504, foram reclassificados em 2011 para propriedades para investimento, com efeito, líquido de redução de seus valores em R\$ 11.657, sendo realizado a reversão do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$3.847.

As transferências foram efetuadas em função da Companhia não possuir atualmente uma perspectiva clara do prazo de venda de parte desses imóveis assim como em função de alteração na intenção do plano de vendas, propriedade para investimento.

A Companhia optou por registrar as propriedades para investimento ao custo amortizado. O valor de mercado dessas propriedades com base em avaliações realizadas pela Empresa Afix Code, avaliadores independentes de renome, em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 25.902.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

12.1. Movimentação sumária do imobilizado

| | Controladora | | | | | | | |
|--|----------------|------------------|-------------------|-------------------------|----------------|---------------------|--------------------------|----------------------|
| | Terrenos | Edificações | Aterro industrial | Máquinas e equipamentos | Veículos | Moveis e utensílios | Imobilizado em andamento | Peças sobressalentes |
| Custo ou avaliação: | | | | | | | | |
| Em 01 de janeiro de 2010 | 8.915 | 147.136 | 8.573 | 1.012.989 | 802 | 15.923 | 50.858 | - |
| Adições | - | - | - | 56.748 | 6 | - | (5.085) | 2.911 |
| Adições pela incorp. da controlada | 172.637 | 136.714 | - | 229.800 | 2.235 | 6.122 | 22.802 | - |
| Alienações | - | (2.027) | - | (8.642) | (77) | (15) | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 181.552 | 281.823 | 8.573 | 1.290.895 | 2.966 | 22.030 | 68.575 | 2.911 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | 119.213 | 12.895 |
| Alienações | - | (81.277) | - | (456.529) | (6) | (283) | - | - |
| Transferências | - | 2.097 | - | 31.735 | - | 1.879 | (35.711) | - |
| Juros capitalizados | - | - | - | - | - | - | 4.607 | - |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 181.552 | 202.643 | 8.573 | 866.101 | 2.960 | 23.626 | 156.684 | 15.806 |
| Depreciação e perda por desvalorização: | | | | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação (%) | 0,0% | 2,2% | 25,0% | 3,1% | 20,0% | 10,0% | - | - |
| Em 01 de janeiro de 2010 | - | (62.387) | (6.525) | (526.488) | (757) | (13.684) | - | - |
| Despesa de depreciação no período | - | (8.525) | (823) | (59.596) | (50) | (1.006) | - | - |
| Adições pela incorp. da controlada | - | (51.424) | - | (117.870) | (2.183) | (4.023) | - | - |
| Alienações | - | 1.214 | - | 143 | 77 | 8 | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (121.122) | (7.348) | (703.811) | (2.913) | (18.705) | - | (853.899) |
| Despesa de depreciação no período | - | (6.792) | (700) | (66.666) | (23) | (1.389) | - | - |
| Alienações | - | 81.277 | - | 454.721 | 7 | 279 | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2011 | - | (46.637) | (8.048) | (315.756) | (2.929) | (19.815) | - | (393.185) |
| Valor residual líquido: | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 181.552 | 156.006 | 525 | 550.345 | 31 | 3.811 | 156.684 | 15.806 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 181.552 | 160.701 | 1.225 | 587.084 | 53 | 3.325 | 68.575 | 2.911 |

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|----------------|------------------|-------------------|-------------------------|----------------|---------------------|--------------------------|----------------------|
| | Terrenos | Edificações | Aterro industrial | Máquinas e equipamentos | Veículos | Moveis e utensílios | Imobilizado em andamento | Peças sobressalentes |
| Custo ou avaliação: | | | | | | | | |
| Em 01 de janeiro de 2010 | 184.829 | 307.144 | 8.573 | 1.276.947 | 3.087 | 22.416 | 71.230 | 3.303 |
| Adições | - | 2.178 | 226 | 55.907 | 6 | 495 | 701 | - |
| Alienações | - | (3.364) | - | (39.539) | (70) | (95) | - | (227) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 184.829 | 305.958 | 8.799 | 1.293.315 | 2.993 | 22.816 | 71.931 | 3.076 |
| Adições | - | - | - | - | - | 7 | 122.797 | 12.861 |
| Alienações | - | (83.386) | - | (430.519) | - | (4) | - | - |
| Transferências | - | 3.134 | (226) | 37.404 | - | 2.135 | (42.447) | - |
| Juros capitalizados | - | - | - | - | - | - | 4.607 | - |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 184.829 | 225.706 | 8.573 | 900.200 | 2.993 | 24.954 | 156.888 | 15.937 |
| Depreciação e perda por desvalorização: | | | | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação (%) | 0,0% | 2,2% | 25,0% | 3,1% | 20,0% | 10,0% | - | - |
| Em 01 de janeiro de 2010 | - | (117.996) | (6.525) | (655.218) | (2.951) | (18.005) | - | - |
| Despesa de depreciação no período | - | (7.395) | (823) | (66.269) | (50) | (1.523) | - | - |
| Alienações | - | (691) | - | 33.312 | 61 | 140 | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (126.082) | (7.348) | (688.175) | (2.940) | (19.388) | - | (843.933) |
| Despesa de depreciação no período | - | (7.477) | (700) | (72.237) | (23) | (1.428) | - | - |
| Alienações | - | 83.386 | - | 428.548 | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2011 | - | (50.173) | (8.048) | (331.864) | (2.963) | (20.816) | - | (413.864) |
| Valor residual líquido: | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 184.829 | 175.533 | 525 | 568.336 | 30 | 4.138 | 156.888 | 15.937 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 184.829 | 179.876 | 1.451 | 605.140 | 53 | 3.428 | 71.931 | 3.076 |

12.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2011, as imobilizações em andamento no valor de R\$156.888 (R\$71.931 em 2010), estavam substancialmente representadas por:

12.2.1. A unidade de Dias d'Ávila - BA: possui investimentos no montante de R\$61.260 em 2011 (R\$23.753 em 2010), referente à diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de catodo de cobre. Os principais projetos são: i) reforma do precipitador eletrostático PP-524-02 e recuperação do E-1101B; ii) Atualização tecnológica e expansão da fabrica; iii) Automação painel sulfúricos e efluentes; iv) Instalação de uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

trefila bifilar; v) diversos serviços efetuados na área industrial, dentre outros. Com previsão de conclusão durante o ano de 2012 a 2013.

12.2.2. A unidade de São Paulo - SP possui investimentos no montante de R\$95.424 (R\$44.822 em 2010), sendo os principais projetos: i) construção de nova fábrica de tubos; ii) expansão e atualização tecnológica das linhas de produção de semi elaborados de cobre; iii) adequações de meio ambiente e parque fabril, com cronograma de previsão de conclusão durante o ano de 2012 a 2014.

12.3. Custos de empréstimos capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção e atualização do parque fabril, descrito no item 12.2.1 e 12.2.2, cuja previsão de entrada em operação está demonstrada abaixo, estão sendo capitalizados com parte do custo do correspondente projeto. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados, contabilizados em 2011 é de aproximadamente R\$ 4.607.

| Projeto | Nota | Previsão Conclusão | 2011 |
|--|-------------|---------------------------|--------------|
| -Construção de nova fábrica de tubos | 12.2.2 i | 3º trim 2012 | 1.674 |
| -Expansão das linhas de produção | 12.2.2 ii | 4º trim 2014 | 1.375 |
| -Instalação de uma trefila bifilar | 12.2.1 iv | 1º trim 2012 | 1.441 |
| -Atualização tecnológica e expansão da fábrica | 12.2.1 ii | 1º trim 2013 | 117 |
| | | | 4.607 |

12.4. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2011 não existem indicativos de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

12.5. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia cedeu o montante de R\$ 48.592 em 31 de dezembro de 2011 (R\$55.500 em 31 de dezembro de 2010) em bens móveis em garantias, decorrente de discussões de processos trabalhistas e fiscais. A Companhia entende que caso tenha uma decisão desfavorável em relação a algum processo os valores serão quitados em moeda corrente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Movimentação sumária do intangível

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| | ERP / | ERP / |
| | Softwares | Softwares |
| Em 01 de janeiro de 2010 | 24.362 | 37.782 |
| Adições | 899 | 917 |
| Adições pela incorp. da controlada | 12.877 | - |
| Alienações | (294) | (295) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 37.844 | 38.404 |
| Adições | 1.487 | 1.497 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 39.331 | 39.901 |
| Amortização e perda por desvalorização: | | |
| Taxas anuais médias de amortização | 20,0% | 20,0% |
| Em 01 de janeiro de 2010 | (17.873) | (26.293) |
| Despesa de depreciação no período | (4.402) | (4.950) |
| Adições pela incorp. da controlada | (8.497) | - |
| Alienações | 294 | 282 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | (30.478) | (30.961) |
| Despesa de amortização no período | (5.151) | (5.215) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | (35.629) | (36.176) |
| Valor residual líquido: | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 3.702 | 3.725 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 7.366 | 7.443 |

O teste de recuperação efetuado em 31 de dezembro de 2011, dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Nacionais | | | | |
| Fornecedores - Mercadorias | 91.680 | 85.610 | 96.661 | 86.051 |
| Fornecedores - Serviços | 11.929 | 8.577 | 13.051 | 8.960 |
| Fornecedores - Fretes e Transportes | 8.296 | 6.048 | 9.960 | 6.907 |
| Fornecedores - Energia Elétrica/Água e Esgoto/Gás | 5.975 | 5.355 | 6.079 | 5.501 |
| Fornecedores - Outros | 1.410 | 1.229 | 1.431 | 1.408 |
| Ajuste a valor presente | (395) | (509) | (2.012) | (509) |
| | 118.895 | 106.310 | 125.170 | 108.318 |
| Exterior | | | | |
| Fornecedores - Mercadorias | 972.832 | 694.598 | 982.199 | 702.231 |
| Fornecedores -Variação cambial | 118.581 | (27.994) | 119.103 | (28.098) |
| | 1.091.413 | 666.604 | 1.101.302 | 674.133 |
| | 1.210.308 | 772.914 | 1.226.472 | 782.451 |
| Passivo circulante | 1.202.158 | 772.914 | 1.218.322 | 782.451 |
| Passivo não-circulante | 8.150 | - | 8.150 | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

Captados a curto prazo

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Passivo circulante | | Passivo circulante | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Financiamento de comércio exterior | 296.961 | 413.580 | 296.961 | 413.580 |
| Capital de giro | - | - | - | 4.792 |
| | 296.961 | 413.580 | 296.961 | 418.372 |

Em 31 de dezembro de 2011, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a curto prazo eram como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|-------------------|----------------|----------------|
| Até 2% | 113.239 | 113.239 |
| Acima de 2% | 183.722 | 183.722 |
| | 296.961 | 296.961 |

Captados a longo prazo

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|--------------------|---------------|----------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|----------------|
| | Passivo circulante | | Não circulante | | Passivo circulante | | Não circulante | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Contratados no exterior | | | | | | | | |
| Financiamento de importação | 2.046 | 6 | 9.912 | 943 | 35.310 | 13.031 | 9.912 | 943 |
| Financiamento de comércio local | 465 | - | 2.179 | - | 465 | - | 2.179 | - |
| Empréstimos em moeda estrangeira | 152.199 | 76.065 | 200.567 | 254.757 | 152.199 | 76.065 | 200.567 | 254.757 |
| | 154.710 | 76.071 | 212.658 | 255.700 | 187.974 | 89.096 | 212.658 | 255.700 |

Em 31 de dezembro de 2011, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo eram como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|-----------------|----------------|----------------|
| Até 3% | 337.436 | 347.063 |
| 3% até 4% | 29.932 | 53.569 |
| | 367.368 | 400.632 |

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2011 tem o seguinte vencimento:

| | Controladora | Consolidado |
|------------|----------------|----------------|
| 2013 | 176.555 | 176.555 |
| 2014 | 30.210 | 30.210 |
| 2015 | 2.636 | 2.636 |
| 2016 | 1.275 | 1.275 |
| 2017 | 1.982 | 1.982 |
| | 212.658 | 212.658 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Total de empréstimos | 664.329 | 745.351 | 697.593 | 763.168 |
| Passivo circulante | 451.671 | 489.651 | 484.935 | 507.468 |
| Passivo não-circulante | 212.658 | 255.700 | 212.658 | 255.700 |

Parte dos instrumentos financeiros passivos (pré-pagamentos de exportação) possuem obrigações relacionadas a indicadores financeiros (covenants).

A Companhia possui dois contratos com saldo total de R\$ 297.570 em 31 de dezembro de 2011, com vencimentos até dezembro de 2013, que apresentaram conformidade com o *covenant*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Imposto de renda e contrib. social a recolher | 15.118 | - | 15.118 | 2.712 |
| Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 4.326 | 3.709 | 4.365 | 3.745 |
| Imposto sobre produtos industrializados - IPI | 2.160 | 1.289 | 2.160 | 1.296 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 2.418 | 1.921 | 2.472 | 1.962 |
| Programa de integração social - PIS | 1.625 | - | 1.625 | - |
| Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS | 7.487 | - | 7.487 | 197 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 798 | 419 | 816 | 465 |
| PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços | 436 | 292 | 465 | 315 |
| Outros | 27 | 79 | 27 | 79 |
| | 34.395 | 7.709 | 34.535 | 10.771 |

Considerações gerais

O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento.

17. Provisão para demandas judiciais

17.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de nossos consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente pela Administração, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Tributária | 44 | 1.845 | 44 | 1.845 |
| Previdenciárias e trabalhistas (b) | 19.547 | 25.061 | 21.552 | 26.813 |
| Cíveis (a) | 11.888 | 9.590 | 11.939 | 9.603 |
| | 31.479 | 36.496 | 33.535 | 38.261 |

a) Cíveis

A Companhia e suas controladas vêm se defendendo, nas diversas esferas jurídicas, de processos de natureza cível. A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias. Nos casos em que seus assessores jurídicos, internos e externos, consideram prováveis as possibilidades de perdas, a Companhia constituiu provisão, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

b) Previdenciárias

A Companhia e suas controladas vêm se defendendo de processo de natureza previdenciária referente à retenção de contribuição previdenciária em contratos de prestação

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

de serviço terceirizado e outros assuntos correlatos ao pagamento de contribuição previdenciária.

A Companhia possui apenas um caso que seus assessores jurídicos, internos e externos, consideram provável a possibilidade de perda, visto que todos os outros casos anteriormente classificados como tal, foram incluídos no REFIS previsto na Lei 11.941/09. Para o referido caso, a Companhia constituiu provisão, em valor considerado suficiente para cobrir eventual desfecho desfavorável.

Foi constituída uma provisão em relação ao Fundo de Auxílio Previdenciário (FAP) das Companhias, tendo em vista que o mesmo encontra-se suspenso pela interposição de recurso administrativo e ação judicial questionando o FAP fixado para a Companhia e suas controladas, com base no Decreto 7.126/10.

17.2) Movimentação sumária do montante provisionado

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

| | Controladora | | | |
|----------------------------------|--------------|--------------------------------|---------------|---------------|
| | Tributária | Previdenciárias e trabalhistas | Cíveis | Total |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 1.845 | 25.061 | 9.590 | 36.496 |
| Adições | - | - | 301 | 301 |
| Atualização monetária | - | - | 29 | 29 |
| Provisão | 258 | 2.844 | 5.418 | 8.520 |
| Reversão | (2.059) | (6.146) | (100) | (8.305) |
| Baixas | - | (2.212) | (3.350) | (5.562) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 44 | 19.547 | 11.888 | 31.479 |

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------|-------------|--------------------------------|---------------|---------------|
| | Tributária | Previdenciárias e trabalhistas | Cíveis | Total |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 1.845 | 26.813 | 9.603 | 38.261 |
| Adições | - | - | 301 | 301 |
| Atualização monetária | - | - | 29 | 29 |
| Provisão | 258 | 3.126 | 5.456 | 8.840 |
| Reversão | (2.059) | (6.153) | (100) | (8.312) |
| Baixas | - | (2.234) | (3.350) | (5.584) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 44 | 21.552 | 11.939 | 33.535 |

As constituições e ou reversões são realizadas com base nas informações dos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Trimestralmente todos os processos são acessados com o objetivo de confirmar o andamento dos processos.

17.3) Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões para demandas judiciais. Os principais processos cujo risco é avaliado como **possível** estão sumariados a seguir, exceto os itens de “a” a “f”, cuja divulgação foi efetuada de forma separada, devido à relevância dos mesmos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 31/12/2010 | 2011 | 31/12/2010 |
| Trabalhistas | 81.495 | 62.434 | 83.390 | 64.316 |
| Tributárias | 175.345 | 162.056 | 175.882 | 162.955 |
| Cíveis | 63.631 | 93.697 | 169.303 | 247.572 |
| Outras | 20.060 | 19.260 | 21.746 | 19.539 |
| | 340.531 | 337.447 | 450.321 | 494.382 |

a) Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1992, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

A decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia que deixou de existir, foi questionada pela Fazenda Nacional, através de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia, Caraíba Metais S. A., ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito da Companhia em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição a partir do ano-base de 1992. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração, sendo que três deles já são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, através de apólice judicial, as mesmas foram aceitas pelo juiz responsável pela causa relativa aos anos-calendários de 1994 a 2004. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$ 361.613 (R\$ 217.304 em 2010).

b) Imposto de Importação, PIS e COFINS - Drawback

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração com o objetivo de exigir da Companhia incorporada Caraíba Metais S.A. os débitos de Imposto de Importação (II), PIS e COFINS sobre operações de importações realizadas mediante regime especial de Drawback (Drawback-isenção no período de 2004, 2005 e 2006) sob o argumento de que a mesma estaria sendo duplamente beneficiada pelo referido regime em virtude do fato de não ter havido pagamento de tributos nas operações anteriores. O valor envolvido, em 31 de dezembro de 2011, monta aproximadamente R\$ 338.349 (R\$ 319.000 em 2010), o qual não se encontra provisionado, uma vez que os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda dessa ação é possível, tendo em vista a natureza da demanda e a inexistência de precedente jurisprudencial sobre a matéria.

c) Mineração Taboca S.A.

A Mineração Taboca S.A. iniciou procedimento arbitral em face de Paranapanema S.A., conforme as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), procedimento n.º 36/2010, com tramitação sob sigilo. O valor total dos pedidos da Taboca inicialmente era estimado pela mesma em R\$ 94.116, entretanto, no

processo inicial, reduziu o valor do pedido para R\$ 81.057. A arbitragem tem como propósito a declaração e cobrança de valores de ajuste de preço e impostos (entre outros pedidos), derivados do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Participações e outras Avenças firmado entre as partes com probabilidade de perda possível. O valor efetivo em disputa, em relação ao objeto da arbitragem somente poderá ser mensurado depois de avaliadas as alegações e respectivos documentos apresentados pelas partes no decorrer da Arbitragem.

d) Multa isolada IPI e IRPJ

Trata-se de auto de infração (Processo nº 13502.000085/2009-63) visando à cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de IPI e IRPJ, efetuada pela Companhia.

Em 24/08/2010, a Companhia obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecida, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

Em valores históricos, a autuação foi reduzida de R\$ 78.023 para R\$ 34.807. A Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados e devidamente, atualizados, em R\$ 78.810 (R\$ 64.485 em 2010).

A estratégia adotada pela Companhia, quando da publicação do Acórdão, será a interposição de embargos de declaração contra o Acórdão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, requerendo que a Câmara aprecie um dos argumentos apresentados no recurso que não foi objeto de debate.

e) PIS e COFINS Não cumulativo

Auto de Infração (Processo nº 13502.001320/2009-14) lavrado por suposta falta de recolhimento das obrigações tributárias relativas à PIS e COFINS não cumulativo.

Originou-se da não homologação do pleito de compensação de créditos de PIS/COFINS originados da aquisição de insumos.

A Companhia apresentou, em 21/01/2010, impugnação ao referido auto de infração, que ainda aguarda julgamento.

A Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, atualizados em R\$ 65.748 (R\$ 50.151 em 2010).

f) Massa Falida do Banco Santos.

Trata-se de Execução nº 583.00.2007.236736-9, movida pela Massa Falida do Banco Santos em face da Eluma S.A. Indústria e Comércio, incorporada pela Paranapanema S.A., na qual o Banco Santos executa dois contratos de cessão de crédito de exportação.

Em 30/04/2008 foi proferido despacho deferindo penhora online dos ativos financeiros da Eluma até o limite de R\$ 84.849 e a expedição de ofício à Delegacia da Polícia Federal a fim de que fossem fornecidas as declarações da Eluma, de anos-base 2004, 2005 e 2006, a Eluma apresentou petição informando sobre o efeito suspensivo concedido nos autos dos embargos à execução e requerendo a reconsideração da decisão. Em 11/02/2011 foi

proferida sentença que julgou parcialmente procedente os Embargos à Execução, com a consequente extinção da Execução diante da inexigibilidade dos títulos, além da quitação do débito, indeferido o pedido de condenação da exequente ao pagamento em dobro do valor executado indevidamente.

Declarada a sucumbência recíproca, a sentença determinou a cada parte que arquem com as custas já despendidas e com os honorários dos seus advogados. A Massa Falida do Banco Santos apresentou recurso de Apelação. O Juiz recebeu a Apelação nos efeitos suspensivos e devolutivos, bem como determinou vista à Eluma para apresentação de contra razões.

A Eluma apresentou contra razões os quais aguardam Julgamento. O valor atualizado é de R\$ 107.986 (R\$ 102.815 em 2010).

17.3.1) Outros riscos não provisionados relevantes

a) Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

Consoante já divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2008, 2009 e 2010, a Paranapanema S.A. celebrou, em 22 de agosto de 2008, com os bancos acionistas UBS Pactual S.A. e Santander S.A, contratos que têm como ativo subjacente o preço da ação da Paranapanema S.A. e que são objeto de procedimento arbitral, em tramitação sob sigilo de justiça, ao qual foi atribuído o valor de R\$102.739 (R\$100.000 em 2010). Em 05 de julho de 2011, em réplica à defesa apresentada pela Paranapanema, o Santander estima o valor em R\$313.651. Segundo os pareceres de diversos renomados juristas, os referidos contratos não geram obrigações para a Companhia porque configuram restituição do capital subscrito e integralizado por esses dois bancos acionistas quando do aumento de capital privado, homologado em Reunião de Conselho de Administração de 20 de agosto de 2008 dentro do limite do capital autorizado. Essa restituição de capital, segundo os pareceres jurídicos, é indevida, e a possibilidade de qualquer desembolso por parte da Companhia é remota, pois esses contratos infringem o princípio da intangibilidade do capital social, art. 6º da Lei nº 6.404/76.

Os Bancos BTG Pactual e Santander alienaram, em leilão especial da BM&FBOVESPA de 12 de novembro de 2009, praticamente a totalidade das ações remanescentes que tinham subscrito do capital da Paranapanema S.A., por preço unitário de cerca de 54% superior ao preço de integralização das ações.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é representado por 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------|-------------|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Caixa de Previdência dos Funcs. do Banco do Brasil – PREVI | 76.468.721 | 76.468.721 |
| BNDES Participações S.A. - BNDESPAR | 54.986.177 | 54.986.177 |
| Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS | 37.702.020 | 37.702.020 |
| EWZ INVESTMENTS LLC Socopa Soc. Corr Paulista S.A | 26.862.052 | 26.552.952 |
| Ações em tesouraria | 24.505 | 24.477 |
| Mercado | 123.133.467 | 123.442.595 |
| Quantidade de Ações | 319.176.942 | 319.176.942 |

b) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, dentre as hipóteses permitidas em lei.

c) Direitos das ações

Na ocorrência de alienação a título oneroso de bloco de ações que assegure a um acionista ou a um Grupo de Acionistas o Poder de Controle da Sociedade, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Acionista Adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Sociedade pelo mesmo valor por ação da Sociedade pelo qual as ações ordinárias do bloco de controle tenham sido alienadas (i.e., tag along de 100%), de forma a assegurar aos acionistas ordinários da Sociedade tratamento justo e igualitário àquele dado ao alienante, e observando-se, no mais, os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pela CVM.

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto a todas as ações que compõe o capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

d) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha 24.505 ações em tesouraria, sendo todas ações ordinárias (24.477 em 2010, sendo todas ações ordinárias, adquiridas até 31 de dezembro de 1995, a um custo médio de R\$34,40 por lote de mil ações). O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2011, monta a R\$72 (R\$123 em 2010).

O aumento das ações em tesouraria se refere a regresso de ações em nome de Conselheiros de Administração das Companhias incorporadas, não gerando custos nas transações realizadas.

f) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BM&FBOVESPA, correspondia, em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 954.339 (R\$ 1.615.035 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2011 um patrimônio líquido de R\$ 1.661.744 (R\$ 1.771.375 em 31 de dezembro de 2010), sendo o valor patrimonial das ações de R\$ 5,21 e R\$ 5,55 respectivamente.

g) Reserva para conversão em moeda estrangeira.

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do hedge sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

h) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| Lucro(prejuízo) líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora - lucro(prejuízo) básico por ação | (47.699) | 47.532 |
| Media ponderada da quantidade de ações para o lucro(prejuízo) básico e diluído por ação | 319.152.437 | 317.918.044 |
| Lucro(prejuízo) básico e diluído por ação | (0,14946) | 0,14951 |

* A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Foi aprovada em 29 de abril de 2011, em Assembléia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$11.289 e suplementares no valor de R\$58.930, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O pagamento dos dividendos se iniciou em 16 de maio de 2011, sem remuneração ou atualização monetária.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Outras despesas operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Vendas diversas | 1.972 | 615 | 2.068 | 706 |
| Reversão de provisão para demandas judiciais | 8.305 | 10.679 | 8.312 | 10.679 |
| Reversão de outras provisões p/ perdas | 1.486 | 711 | 1.486 | 1.405 |
| Recuperações de impostos | 1.901 | 663 | 1.901 | 663 |
| Outras receitas operacionais | 3.405 | 3.406 | 4.823 | 13.858 |
| | <u>17.069</u> | <u>16.074</u> | <u>18.590</u> | <u>27.311</u> |
| PIS e COFINS sobre outras receitas | (528) | (505) | (532) | (575) |
| Ociosidade | (10.053) | (14.109) | (16.750) | (20.387) |
| Custo ativo permanente baixado | (1.811) | (13.550) | (1.975) | (13.550) |
| Custo das vendas diversas | (1.168) | - | (1.169) | - |
| Indenizações trabalhistas | (8.068) | (7.486) | (8.068) | (10.628) |
| Provisão para demandas judiciais | (9.520) | (2.691) | (9.840) | (2.691) |
| Outras provisões p/ perdas | (4.031) | - | (4.068) | - |
| Outras despesas operacionais | (3.083) | (4.429) | (4.941) | (4.614) |
| | <u>(38.262)</u> | <u>(42.770)</u> | <u>(47.343)</u> | <u>(52.445)</u> |
| Total de outras despesas operacionais líquidas | (21.193) | (26.696) | (28.753) | (25.134) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

20.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda diferido e contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Créditos sobre prejuízos fiscais | 49.291 | 65.055 | 50.824 | 65.055 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (97.259) | (101.958) | (103.963) | (109.019) |
| Créditos sobre diferenças temporárias: | | | | |
| - Créditos sobre provisões | 66.788 | 2.062 | 71.497 | 4.717 |
| | <u>18.820</u> | <u>(34.841)</u> | <u>18.358</u> | <u>(39.247)</u> |
| Ativo não-circulante | 18.820 | - | 20.989 | - |
| Passivo não-circulante | - | (34.841) | (2.631) | (39.247) |

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 197.164 (R\$ 260.219 em 2010) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

Composição dos saldos de impostos de renda diferidos por empresa em 2011 e 2010:

| | Paranapanema S/A | Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes | CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda. | Total |
|--|---------------------|---|---|---------------|
| Créditos sobre prejuízos fiscais | 49.291 | - | 1.533 | 50.824 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (97.259) | (6.704) | - | (103.963) |
| Créditos sobre diferenças temporárias: | | | | |
| - Créditos sobre provisões | 66.788 | 4.073 | 636 | 71.497 |
| Total em 31 de dezembro de 2011 | <u>18.820</u> | <u>(2.631)</u> | <u>2.169</u> | <u>18.358</u> |
| Total em 31 de dezembro de 2010 | (34.841) | (4.902) | 496 | (39.247) |

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui registrado na rubrica “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre prejuízos fiscais e sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias na controladora são assim demonstrados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Decorrentes de diferenças temporárias | | |
| Variações cambiais líquidas | 174.747 | (38.540) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 27.732 | 28.311 |
| Provisão p/redução valor recuperável dos estoques | 3.082 | 1.041 |
| Provisões para perda | 31.568 | 29.473 |
| Provisões instrumentos financeiros e outros | (33.362) | (72.132) |
| Provisão para demandas judiciais | 33.535 | 38.247 |
| Provisões diversas | 21.113 | 17.603 |
| Participação de administradores e outros | 13.970 | 11.052 |
| Provisão ajuste valor presente | 8.613 | 1.241 |
| Total Provisão | 280.998 | 16.296 |
| Base Controladora | 267.150 | 8.247 |
| Alíquota IR | 25% | 25% |
| IR s/ diferenças temporárias | 66.788 | 2.062 |
| Base Coligadas | 13.849 | 7.809 |
| Alíquota IR / CSL | 34% | 34% |
| IR/CSL s/ diferenças temporárias | 4.709 | 2.655 |
| IR/CSL s/ diferenças temporárias | 71.497 | 4.717 |

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui registrado valores apurados sobre as variações cambiais ativas não liquidadas, tributadas pelo Imposto de Renda, pelo regime de caixa.

A Paranapanema S.A. e a controlada Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., fundamentadas nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Paranapanema S.A. estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

| Anos | Controladora | | Consolidado | |
|-------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 2011 | - | 8.459 | - | 8.434 |
| 2012 | 8.630 | 24.369 | 8.630 | 25.062 |
| 2013 | 7.200 | 32.637 | 7.560 | 32.630 |
| 2014 | 3.980 | 1.652 | 4.340 | 3.646 |
| 2015 A 2021 | 96.269 | - | 101.791 | - |
| | 116.079 | 67.117 | 122.321 | 69.772 |

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A controladora Paranapanema S.A. tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de até 2.062.420 toneladas/ano de cobre e seus subprodutos até o período-base de 2020. A controlada CIBRAFÉRTIL – Companhia Brasileira de Fertilizantes tem benefício de redução de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

lucro da exploração decorrente da produção de até 320.000 toneladas/ano de fabricação de adubos e fertilizantes, até o período-base de 2013.

Os benefícios de imposto de renda da controladora Paranapanema S.A. e da controlada CIBRAFÉRTIL – Companhia Brasileira de Fertilizantes estão condicionados à constituição de reserva de capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As reservas de incentivos fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

Durante o ano de 2011 a Controlada Paranapanema (USA) Inc, recebeu o montante de R\$182 a título de reembolso de imposto de renda devido a prejuízos fiscais conforme legislação vigente no seu país de origem.

20.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------|------------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Lucro antes do imposto de renda | (86.244) | 28.063 | (90.383) | 30.980 |
| Alíquota fiscal nominal combinada | 25% | 25% | 25% e 34% | 25% e 34% |
| Imposto de renda sobre lucro | 21.561 | (7.016) | 22.968 | (7.495) |
| Adições permanentes | (3.792) | 2.560 | (3.816) | 2.448 |
| Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa) | (2.044) | (3.541) | (2.266) | (3.782) |
| Provisões dedutíveis | 7.671 | 1.474 | 7.091 | 1.216 |
| Variação cambial líquida (regime caixa) | (56.586) | 2.566 | (58.326) | 2.778 |
| Ajustes da Lei 11.638/07 | (18.544) | 13.847 | (18.278) | 13.567 |
| Passivo a descoberto | - | 10.548 | - | 10.548 |
| Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores | 15.302 | - | 15.302 | 51 |
| Isenção/Redução sobre lucro da exploração | 20.169 | - | 20.169 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias | 51.619 | 15.928 | 55.341 | 20.322 |
| Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação | 2.044 | 3.541 | 2.266 | 3.782 |
| Outros | 1.145 | 551 | 4.789 | (1.100) |
| Imposto de renda diferido não reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias | - | (20.989) | (2.569) | (25.805) |
| Despesa de imposto de renda corrente | 38.545 | 19.469 | 42.671 | 16.530 |
| Imposto de renda do exercício corrente | (15.118) | - | (14.936) | (5.540) |
| Contribuição social do exercício corrente | - | - | - | (2.034) |
| Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação | 2.044 | 3.541 | 2.221 | 3.718 |
| Imposto de renda diferido | 51.619 | 15.928 | 54.342 | 20.404 |
| Contribuição social diferida | - | - | 999 | (82) |
| Contribuição social diferido sobre reserva de reavaliação | - | - | 45 | 64 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | 38.545 | 19.469 | 42.671 | 16.530 |
| Taxa efetiva total | -44,69% | 69,38% | -47,21% | 53,36% |
| Taxa efetiva corrente | 17,53% | 0,00% | 16,53% | -24,45% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas (despesas) financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Despesa de juros | (31.355) | (35.747) | (42.529) | (43.198) |
| Variação cambial passiva | (361.099) | (96.653) | (368.891) | (111.243) |
| Variação monetária passiva | (823) | (11.975) | (825) | (14.137) |
| Despesas bancárias / IOF | (8.365) | (3.637) | (8.589) | (4.512) |
| Ajuste a valor presente | (23.743) | (8.140) | (50.812) | (9.393) |
| Instrumentos financeiros derivativos | (379.217) | (101.613) | (379.397) | (101.860) |
| Hedge de valor justo de estoque | (138.671) | (315.801) | (138.671) | (315.801) |
| Outras despesas financeiras | (3.736) | (1.641) | (3.834) | (1.932) |
| Total das despesas financeiras | (947.009) | (575.207) | (993.548) | (602.076) |
| Receita de juros | 64.504 | 55.537 | 66.026 | 62.030 |
| Variação cambial ativa | 216.092 | 132.765 | 219.078 | 137.446 |
| Variação monetária ativa | 7.709 | 13.245 | 7.709 | 22.823 |
| Ajuste a valor presente | 56.184 | 11.139 | 84.809 | 11.274 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 451.126 | 82.613 | 451.630 | 82.613 |
| Hedge de valor justo de estoque | 117.171 | 289.656 | 117.171 | 289.656 |
| Outras receitas financeiras | 1.492 | 901 | 3.347 | 2.654 |
| Total das receitas financeiras | 914.278 | 585.856 | 949.770 | 608.496 |
| Total resultado financeiro | (32.731) | 10.649 | (43.778) | 6.420 |

22. Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Depreciação e amortização | (10.293) | (9.202) | (10.749) | (9.645) |
| Despesas com funcionários | (53.800) | (42.923) | (55.295) | (43.283) |
| Despesas de viagem | (3.193) | (2.989) | (3.193) | (2.989) |
| Seguros | (2.960) | (1.620) | (3.019) | (1.698) |
| Impostos e taxas | (1.803) | (1.739) | (2.038) | (1.967) |
| Provisão para perda de liquidação duvidosa | (1.880) | (280) | (1.880) | (280) |
| Serviços prestados por terceiros e outros | (10.009) | (5.784) | (14.145) | (21.747) |
| | (83.938) | (64.537) | (90.319) | (81.609) |
| Despesas com vendas | (36.256) | (26.281) | (39.051) | (37.655) |
| Despesas gerais e administrativas | (47.682) | (38.256) | (51.268) | (43.954) |
| | (83.938) | (64.537) | (90.319) | (81.609) |

23. Segmentos operacionais

a) Informações por segmento de negócio e Receitas por área geográfica consolidadas.

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração as informações financeiras apresentadas internamente e utilizadas para

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

avaliação dos negócios e tomadas de decisões pela alta Administração assim como, nos requerimentos estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS8).

Com base nas informações disponíveis de seus segmentos, produtos e regiões, a alta Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

(i) Cobre

Compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semi elaborados de cobre e suas ligas.

Os principais produtos que compõem este segmento são: (Vergalhão, Cátodo, Fio Trefilado, Tubos e conexões, Laminados, Arames, Barras e perfis, Cabos flexíveis, Ácido sulfúrico, Escória granulada e Oleum).

(ii) Fertilizantes

Compreende a produção e comercialização de Superfosfato Simples para indústria de fertilizantes bem como o Superfosfato Simples Amonizado, o Superfosfato Simples com Micronutrientes

Os principais produtos que compõem este segmento são: (Superfosfato simples, Fertilizante Mineral, Complexo N.P.K, P(Fósforo), Ca(Cálcio), S(Enxofre), N(Nitrogênio) e K(Potássio).

A seguir, as informações selecionadas de resultado e de ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

| | 2011 | | | |
|--|------------------|----------------|-----------------------|------------------|
| | Cobre | Fertilizantes | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Balanco patrimonial: | | | | |
| Imobilizado | 1.065.645 | 40.571 | - | 1.106.216 |
| Intangível | 3.703 | 22 | - | 3.725 |
| Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes | (560.098) | (33.179) | - | (593.277) |
| Outros ativos e passivos, líquidos | 1.145.223 | (131) | - | 1.145.092 |
| Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento | <u>1.654.473</u> | <u>7.283</u> | <u>-</u> | <u>1.661.756</u> |
| Resultado do período | | | | |
| | 2011 | | | |
| Receita operacional líquida | 4.015.912 | 99.243 | (16.799) | 4.098.356 |
| Lucro bruto | 86.309 | 6.941 | - | 93.250 |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (107.654) | (3.447) | - | (111.101) |
| Despesas financeiras líquidas | (37.012) | (6.766) | - | (43.778) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (22.091) | (6.662) | - | (28.753) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição | <u>(80.448)</u> | <u>(9.934)</u> | <u>-</u> | <u>(90.382)</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

| | 2010 | | | |
|--|-----------|---------------|-----------------------|-------------|
| | Cobre | Fertilizantes | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Balço patrimonial: | | | | |
| Imobilizado | 1.006.322 | 43.462 | - | 1.049.784 |
| Intangível | 7.366 | 77 | - | 7.443 |
| Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes | (619.785) | (16.555) | - | (636.340) |
| Outros ativos e passivos, líquidos | 1.362.480 | (11.968) | - | 1.350.512 |
| Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento | 1.756.383 | 15.016 | - | 1.771.399 |
| Resultado do período | 2010 | | | |
| Receita operacional líquida | 3.135.841 | 65.504 | (9.237) | 3.192.108 |
| Lucro bruto | 159.202 | (3.210) | - | 155.992 |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (103.302) | (2.996) | - | (106.298) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | 10.112 | (3.692) | - | 6.420 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (11.860) | (4.313) | (8.961) | (25.134) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição | 54.152 | (14.211) | (8.961) | 30.980 |

O montante de R\$ 8.961 em 2010, foi decorrente de provisão para passivo a descoberto da controlada Cibrafértil Companhia Brasileira de Fertilizantes. As demais eliminações são decorrentes das operações normais entre os segmentos.

b) Abertura das receitas líquidas de vendas por mercado

| | 2011 | | | |
|-----------------------|-----------|---------------|-----------------------|-------------|
| | Cobre | Fertilizantes | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Mercado interno | 2.276.178 | 99.243 | - | 2.375.421 |
| Mercado externo | 1.722.935 | - | - | 1.722.935 |
| Intersegmento | 16.799 | - | (16.799) | - |
| Total receita líquida | 4.015.912 | 99.243 | (16.799) | 4.098.356 |

| | 2010 | | | |
|-----------------------|-----------|---------------|-----------------------|-------------|
| | Cobre | Fertilizantes | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Mercado interno | 1.853.535 | 65.504 | - | 1.919.039 |
| Mercado externo | 1.273.069 | - | - | 1.273.069 |
| Intersegmento | 9.237 | - | (9.237) | - |
| Total receita líquida | 3.135.841 | 65.504 | (9.237) | 3.192.108 |

Preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros. A Companhia adota as seguintes bases contabilização para quaisquer transações entre os segmentos:

Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

As informações acerca do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

c) Informações geográficas

Receitas de clientes no exterior

| | 2011 | 2010 |
|----------------|------------------|------------------|
| Suíça | 904.659 | 678.038 |
| Argentina | 268.759 | 201.394 |
| Alemanha | 150.790 | 98.890 |
| Estados Unidos | 77.718 | 77.361 |
| Costa Rica | 52.777 | 47.943 |
| Japão | 50.941 | - |
| Israel | 29.192 | 17.487 |
| Colômbia | 28.894 | 15.836 |
| Outros | 159.205 | 136.120 |
| | 1.722.935 | 1.273.069 |

24. Instrumentos financeiros

1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de ser controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração criou o Comitê de Riscos para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e para supervisionar a gestão de risco e uso de derivativos pela Companhia.

O Comitê de Riscos é responsável em garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que estas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados à commodities cujo os preços são denominados em moeda estrangeira, dentre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros

derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

A utilização de derivativos deve ser consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos podem ser utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados por esta política e gerenciar as exposições que tenham sido identificados através do processo de identificação e medição de risco, desde que se qualifique claramente como "hedge", tal como definido na presente política. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que os riscos identificados possam ultrapassar determinados níveis de tolerância estabelecidos por esta política e que sejam considerados inevitáveis, porque eles são necessários ou apoiam as atividades do negócio.

A Companhia busca executar as transações com instrumentos derivativos dentro do conceito de hedge accounting, conforme definido pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38).

Transações com instrumentos derivativos que se enquadrem nesta política, mas não estejam previstas nos programas de hedge accounting abaixo tais como:

- um novo programa de hedge ou
- um hedge econômico (derivativo não designado como hedge accounting) poderão ser executadas desde que haja aprovação do Comitê de Riscos.

Os programas de hedge atualmente aprovados e implantados pela Companhia são:

| Risco Cambial | Risco de Commodities | Risco de Taxas de Juros |
|---|---|--|
| Valor Justo de Estoques com Derivativos | Valor Justo de Estoques de Cobre com Derivativos (incluindo embutidos) | Fluxo de Caixa de Empréstimos Flutuantes para Fixo com Derivativos |
| Valor Justo de Compromissos Firmes com Empréstimos (item 49, CPC 38) e/ou Derivativos | Valor Justo de Compromissos Firmes (produtos de cobre a preço fixo) com Derivativos | |

A presente política foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 11 de agosto de 2009.

2) Metodologias de marcação a mercado e aferição de risco (VaR)

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado segundo os tradicionais de apuração e devidamente registrados em contas patrimoniais. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis, extraídos dos mercados futuros da BM&F (USD Spot, Cupom Cambial e Pré), LME(cobre) e CME/swap market (Libor).

Os limites para as exposições líquidas ao câmbio e aos preços de commodities são medidos utilizando uma abordagem VaR (value at risk) baseado no movimento de mercado potencial que possa ocorrer no horizonte de 90 dias dentro de um intervalo de confiança de 95%.

3) Derivativos embutidos

Cláusulas de ajustes de preço em contratos não-canceláveis que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente a data de embarque ou entrega são considerados derivativos embutidos que requerem segregação de acordo com o CPC 38, porque o preço a termo na qual o contrato será liquidado não é intimamente relacionado ao preço spot/pronto.

Contratos de compra de concentrado de cobre e contratos de venda de produtos de cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 a 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido o qual é requerido que seja separado do contrato principal.

Derivativos embutidos e separados dos contratos de compra de concentrado de cobre são utilizados como instrumentos de hedge de valor justo dos estoques.

4) Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em quatro categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

| | | | | | Controladora |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|---|---------------------|------------------|
| Notas | Empréstimos e recebíveis | Ao valor justo por meio do resultado | Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | Total em 31/12/2011 | |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 102.646 | - | 102.646 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 664.224 | - | 664.224 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 398.732 | - | - | 398.732 |
| Partes relacionadas | 10 | 197.592 | - | - | 197.592 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 71.299 | 160 | 71.459 |
| Total dos ativos | | 596.324 | 838.169 | 160 | 1.434.653 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 664.329 | - | - | 664.329 |
| Partes relacionadas | 10 | 74.007 | - | - | 74.007 |
| Total dos passivos | | 738.336 | - | - | 738.336 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | Controladora | |
|--------------------------------------|----|-----------------------------|---|--|------------------------|
| | | Empréstimos e recebíveis | Ao valor justo por meio do resultado | Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | Total em 31/12/2010 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 122.825 | - | 122.825 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 455.836 | - | 455.836 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 424.586 | - | - | 424.586 |
| Partes relacionadas | 10 | 203.587 | - | - | 203.587 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 13.372 | 693 | 14.065 |
| Total dos ativos | | 628.173 | 592.033 | 693 | 1.220.899 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 745.351 | - | - | 745.351 |
| Partes relacionadas | 10 | 85.505 | - | - | 85.505 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 142.612 | - | 142.612 |
| Total dos passivos | | 830.856 | 142.612 | - | 973.468 |

| | | | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-------|-----------------------------|---|--|------------------------|
| | Notas | Empréstimos e recebíveis | Ao valor justo por meio do resultado | Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | Total em 31/12/2011 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 104.316 | - | 104.316 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 666.215 | - | 666.215 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 508.629 | - | - | 508.629 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 71.337 | 160 | 71.497 |
| Total dos ativos | | 508.629 | 841.868 | 160 | 1.350.657 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 697.593 | - | - | 697.593 |
| Total dos passivos | | 697.593 | - | - | 697.593 |

| | | | | | Consolidado |
|--------------------------------------|----|-----------------------------|---|--|------------------------|
| | | Empréstimos e Recebíveis | Ao valor justo por meio do resultado | Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | Total em 31/12/2010 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | - | 126.828 | - | 126.828 |
| Aplicações financeiras | 5 | - | 456.491 | - | 456.491 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 533.606 | - | - | 533.606 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 13.372 | 693 | 14.065 |
| Total dos ativos | | 533.606 | 596.691 | 693 | 1.130.990 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 763.168 | - | - | 763.168 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | 142.612 | - | 142.612 |
| Total dos passivos | | 763.168 | 142.612 | - | 905.780 |

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo o passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|----------------|---------------|------------------------|----------------|---------------|------------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total em 31/12/2011 | Nível 1 | Nível 2 | Total em 31/12/2011 |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Ao valor justo por meio do resultado | 822.073 | 16.096 | 838.169 | 825.772 | 16.096 | 841.868 |
| Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | 160 | - | 160 | 160 | - | 160 |
| Total dos ativos | <u>822.233</u> | <u>16.096</u> | <u>838.329</u> | <u>825.932</u> | <u>16.096</u> | <u>842.028</u> |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Total dos passivos | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Total em 31/12/2010 | Nível 1 | Nível 2 | Total em 31/12/2010 |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Ao valor justo por meio do resultado | 592.033 | - | 592.033 | 596.691 | - | 596.691 |
| Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa | 693 | - | 693 | 693 | - | 693 |
| Total dos ativos | <u>592.726</u> | <u>-</u> | <u>592.726</u> | <u>597.384</u> | <u>-</u> | <u>597.384</u> |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Ao valor justo por meio do resultado | 142.612 | - | 142.612 | 142.612 | - | 142.612 |
| Total dos passivos | <u>142.612</u> | <u>-</u> | <u>142.612</u> | <u>142.612</u> | <u>-</u> | <u>142.612</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| Instrumento | Posição | Valor de Referência | | Valor Justo | | Valor recebido |
|--|---------------------|---------------------|-------------|---------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | / (pago) em 2011 |
| Derivativos Embutidos | | | | | | |
| Programa de Hedge de Valor Justo de Estoque de Cobre | | | | | | |
| Derivativo embutido / compra de concentrado / designado | Compra LME Asiático | 36.705 tons | 39.984 tons | 18.607 | (88.044) | - |
| Derivativo embutido / Vendas / não designado | Venda LME Asiático | 9.345 tons | 0 tons | (585) | - | - |
| Total | | | | 18.022 | (88.044) | - |
| Hedge Econômico - Cobre | | | | | | |
| Derivativo embutido / compra de concentrado / não | Compra LME Asiático | 11.464 tons | 14.024 tons | 23.596 | (42.404) | - |
| Total | | | | 23.596 | (42.404) | - |
| Total derivativos embutidos | | | | 41.618 | (130.448) | - |
| Derivativos bolsa/balcão | | | | | | |
| Programa de Hedge de Valor Justo de Estoque de Cobre | | | | | | |
| Futuro LME(Designado) / não Terminados | Venda LME Fixo | 7.000 tons | 0 tons | (3.051) | - | - |
| Futuro LME(Não Designado) / Terminados | Venda LME Fixo | 3.000 tons | 0 tons | 6.563 | - | 14.488 |
| Total | | | | 3.512 | - | 14.488 |
| Programa de Hedge de Compromisso Firme de Venda de Produtos de Cobre | | | | | | |
| Futuro LME/ Terminados | Compra LME Fixo | 22.621 tons | 1.075 tons | 3.662 | 2.460 | 9.100 |
| Futuro LME/ não Terminados | Compra LME Fixo | 47.876 tons | 4.475 tons | 6.045 | 10.912 | - |
| Compromisso firme de venda / não terminados | Venda LME Fixo | -47.876 tons | 0 tons | (6.045) | - | - |
| Total | | | | 3.662 | 13.372 | 9.100 |
| Hedge Econômico - Cobre | | | | | | |
| Hedge Econômico - Cobre / Terminados | Venda LME Fixo | 30.600 tons | 5.475 tons | 2.537 | 5.273 | (15.649) |
| Hedge Econômico - Cobre / Não Terminados | Venda LME Fixo | 38.625 tons | 17.300 tons | 3.543 | (7.623) | - |
| Hedge Econômico - Ouro | | | | | | |
| Hedge Econômico - Ouro / Terminados | Venda LBMA Asiático | 4.957 Oz | 0 Oz | (14) | - | 102 |
| Hedge Econômico - Ouro / Não Terminados | Venda LBMA Asiático | 0 Oz | 0 Oz | - | - | - |
| Hedge Econômico - Prata | | | | | | |
| Hedge Econômico - Prata / Terminados | Venda LBMA Asiático | 112.437 Oz | 0 Oz | 338 | - | (196) |
| Hedge Econômico - Prata / Não Terminados | Venda LBMA Asiático | 44.451 Oz | 0 Oz | 21 | - | - |
| Total | | | | 6.425 | (2.350) | (15.743) |
| Programa de Hedge de Fluxo de Caixa de Empréstimos Flutuantes para Fixo | | | | | | |
| Swap | USD Libor 3 / 6 M | \$188.036 | \$43.182 | 409.539 | 72.952 | - |
| Swap | USD Fixo | \$188.036 | \$43.182 | (409.379) | (72.259) | (972) |
| Total | | | | 160 | 693 | (972) |
| Hedge Econômico - Variação Cambial USD/BRL | | | | | | |
| Futuros BM&F | Compra USD Futuro | \$0 | \$0 | - | - | (1.080) |
| Opções | Compra USD Calls | \$0 | \$2.754 | - | 631 | - |
| swap fluxo de caixa c/ limitador | Venda USD Calls | \$0 | \$2.754 | - | (631) | - |
| swap fluxo de caixa c/ limitador | USD + spread fixo | \$0 | \$2.727 | - | 4.480 | 9 |
| swap fluxo de caixa c/ limitador | USD + spread fixo | \$0 | \$2.727 | - | (4.467) | - |
| Non-Deliverable Foward - Terminados | Compra USD / BRL | \$5.000 | \$0 | 1.516 | - | - |
| Non-Deliverable Foward - Não Terminados | Compra USD / BRL | \$260.749 | \$170.000 | 14.580 | (9.619) | 17.658 |
| Total | | | | 16.096 | (9.606) | 16.587 |
| Hedge Econômico - Taxa de juros Pré/CDI | | | | | | |
| Futuros BM&F | Compra DI Futuro | R\$ 90.464 | R\$ 217.911 | (14) | (208) | (1.787) |
| Total | | | | (14) | (208) | (1.787) |
| Total derivativos bolsa/balcão | | | | 29.841 | 1.901 | 21.673 |
| Total | | | | 71.459 | (128.547) | 21.673 |
| Ativo circulante | | | | 123.404 | 27.508 | |
| Passivo circulante | | | | (51.945) | (156.055) | |

5) Riscos financeiros

5.1) Risco cambial

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias primas importadas e na venda de seus produtos cujo preço é função do mercado internacional de commodities que é cotado em US\$. De forma a minimizar descasamentos cambiais, a Companhia entra em derivativos com o intuito de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos derivativos na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2011, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II).

Convém ressaltar que o cenário atual já se encontra refletido nas demonstrações financeiras atuais. Além disto, os estoques transformar-se-ão em vendas futuras, que pela dinâmica do negócio são indexadas em dólares norte-americanos, o que reduz a exposição cambial.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - RISCO CAMBIAL DE DÓLAR NORTE AMERICANO

| Ativos / Passivos | Cenário provável | Cenário I | Cenário II |
|--|-------------------------|------------------|-------------------|
| 1. Clientes Externos | 247.165 | 308.956 | 463.434 |
| 2. Estoques (Importações em Andamento) | 182.127 | 227.659 | 341.488 |
| 3. Estoques (Mat. Prima, WIP e Acabados) | 675.820 | 844.775 | 1.267.163 |
| 4. Inst. Derivativos | 64.694 | 80.868 | 121.302 |
| 5. Empréstimos | (692.991) | (866.239) | (1.299.359) |
| 6. Fornecedores Externos | (1.009.312) | (1.261.640) | (1.892.459) |
| 7. Outros, Líquido | 173 | 216 | 324 |
| Dólar Futuro | 526.142 | 657.678 | 986.516 |
| TOTAL | (6.182) | (7.727) | (11.591) |

5.2) Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas à Libor e ao CDI. O risco de Libor concentra-se nas operações de Trade Finance os quais foram feitas operações de Libor x Fixo, designado por hedge de fluxo de caixa, para a sua proteção. No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelos na curva de juros Libor em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) respectivamente, além do Cenário Provável que é a manutenção dos juros atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - RISCO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE JUROS - LIBOR

| | Risco | Cenário Provável | Cenário I | Cenário II |
|--------------------------|--------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| Ativos e Passivos | | | | |
| Empréstimos | LIBOR | (330.044) | (331.324) | (332.000) |
| Derivativos | | | | |
| Swap | LIBOR | 84 | 424 | 756 |
| TOTAL | | (329.960) | (330.900) | (331.244) |

A Companhia possui ativos indexados e relacionados ao CDI, o risco das oscilações da taxa de juros reduzirá as receitas financeiras líquidas, ao qual foram feitas operações de Futuro DI, para a sua proteção. No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelos na curva de juros em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) respectivamente, além do Cenário Provável que é a manutenção dos juros atuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - RISCO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE JUROS - CDI

| | Risco | Cenário Provável | Cenário I | Cenário II |
|-----------------------------------|-------|------------------|----------------|----------------|
| Ativos e Passivos | | | | |
| Aplicações - Negociação | CDI | 637.463 | 637.184 | 636.898 |
| Títulos Públicos LTN - Negociação | CDI | 101.319 | 104.013 | 106.851 |
| (Futuro - DI) | CDI | (101.319) | (104.013) | (106.851) |
| Empréstimos | CDI | (2.394) | (2.519) | (2.657) |
| TOTAL | | 635.069 | 634.665 | 634.241 |

5.3) Risco de commodities

A Companhia possui exposição ao preço do Cobre cotado na LME. No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques no preço spot/cash em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) respectivamente, além do Cenário Provável que é a manutenção dos preços atuais.

| | Risco | | Cenário Provável | Cenário I | Cenário II |
|-----------------------------------|-----------|-------------------|------------------|----------------|----------------|
| Estoque Total | Cobre LME | 47.082 tons | 670.329 | 1.047.388 | 1.508.239 |
| Derivativos Embutidos nas Compras | Cobre LME | -36.705 tons | (522.581) | (816.533) | (1.175.807) |
| Derivativos Embutidos nas Vendas | Cobre LME | 9.345 tons | 133.048 | 207.887 | 299.357 |
| Derivativos em Bolsa | Cobre LME | -10.000 tons | (142.373) | (222.458) | (320.340) |
| Total | | 9.722 tons | 138.423 | 216.284 | 311.449 |
| TOTAL | | 9.722 tons | 138.423 | 216.284 | 311.449 |
| Premissas | | | | | |
| Cobre LME Cash | Cobre LME | | \$7.590,00 | \$9.487,50 | \$11.385,00 |
| Taxa de Câmbio Spot | USDBRL | | 1,8758 | 2,3448 | 2,8137 |

6) Riscos operacionais

6.1) Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra do cliente.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual e suas perspectivas para o futuro.

Nossa carteira de recebíveis diversificada, a seletividade dos clientes assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente represente mais do que 10% das receitas totais da companhia, Desta forma a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating e somente em instituições que nos apoiam nas necessidades de empréstimos para capital de giro e financiamento do nosso trade finance.

6.2) Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2011.

Os valores apresentados incluem principais e juros calculados estimados utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1,8758/US\$ 1) para as dívidas denominadas em dólares (PPE, ACC e Finimp) e as taxas de juros dos contratos vigentes.

A dívida junto ao Finame foi estimada utilizando-se a taxa pré-fixada de 5,5% ao ano.

Risco de liquidez - Empréstimos e Financiamentos

| | | | | | Controladora |
|-------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|--|--------------|
| Ano de Vencimento | Pré Pagamento de Exportação | Adiantamento de Contr.Câmbio | Financiamento de Importação | | Finame |
| 2012 | 166.516 | 299.222 | 1.778 | | 595 |
| 2013 | 173.389 | - | 1.770 | | 755 |
| 2014 | 28.123 | - | 1.766 | | 720 |
| 2015 | - | - | 1.749 | | 685 |
| 2016 | - | - | 1.699 | | 220 |
| 2017 | - | - | 1.606 | | - |
| Total | 368.028 | 299.222 | 10.368 | | 2.975 |

| | | | | | Consolidado |
|-------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|--|--------------|
| Ano de Vencimento | Pré Pagamento de Exportação | Adiantamento de Contr.Câmbio | Financiamento de Importação | | Finame |
| 2012 | 166.516 | 299.222 | 35.423 | | 596 |
| 2013 | 173.389 | - | 1.770 | | 755 |
| 2014 | 28.123 | - | 1.766 | | 720 |
| 2015 | - | - | 1.749 | | 685 |
| 2016 | - | - | 1.699 | | 220 |
| 2017 | - | - | 1.606 | | - |
| Total | 368.028 | 299.222 | 44.013 | | 2.976 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

7) Gestão do capital

O principal objetivo da administração do capital da Paranapanema e suas controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 664.329 | 745.351 | 697.593 | 763.168 |
| Instrumentos financeiros derivativos a pagar | 24 | 14 | 12.164 | 14 | 12.164 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (102.646) | (122.825) | (104.316) | (126.828) |
| (-) Aplicações financeiras | 5 | (664.224) | (455.836) | (666.215) | (456.491) |
| (-) Instrumentos financeiros derivativos a receber | 24 | (29.855) | (14.065) | (29.893) | (14.065) |
| (=) Dívida (Caixa) líquida | | (132.382) | 164.789 | (102.817) | 177.948 |
| Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar | 24 | 585 | 130.448 | 585 | 130.448 |
| (-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber | 24 | (42.203) | - | (42.203) | - |
| (=) Dívida (Caixa) líquida c/ Derivativos Embutidos | | (174.000) | 295.237 | (144.435) | 308.396 |
| Patrimônio líquido | 18 | 1.661.744 | 1.771.375 | 1.661.756 | 1.771.399 |
| <i>Quociente de alavancagem</i> | | -8,66% | 8,51% | -6,60% | 9,13% |
| <i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i> | | -11,70% | 14,29% | -9,52% | 14,83% |

25. Compromissos

A companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referente a administração, operação e manutenção em sua planta industrial de Dias D'ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato em 31 de dezembro de 2011, caso o contrato não seja cancelado antes do vencimento, são os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|-----------------|---------------|---------------|
| Até 1 Ano | 1.867 | 1.949 |
| de 2 a 6 anos | 7.945 | 8.420 |
| acima de 6 anos | 6.027 | 7.419 |
| | 15.839 | 17.788 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos cobertos na apólice de seguros e as especificações por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

| Seguros e Coberturas | | | |
|---|--|---|---|
| Bens segurados | Riscos cobertos | Modalidade . apólice | Verbas . montante segurado |
| Instalações, Equipamentos, Estoques e Matéria Prima | Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Pequenas obras, Despesas extraordinárias, Roubo em depósito | Riscos operacionais - Apolice nr. 01.96.4002460 | R\$ 1.232.135 |
| Responsabilidade civil geral e para Diretores e Administradores | Reclamações de terceiros | Responsabilidade civil geral apólice nr. 6.104.079 Responsabilidade civil Diretores e adm apólice nr. 1.10.4000447 | RCG = R\$ 4.000 RC D&O = R\$ 25.000 |
| Veículos | Colisão, Incêndio e roubo R C Facultativa-Veículos | Automóveis apólice nr. DVS | Valor de tabela FIPE do veículo RC = R\$ 150 |
| Ações judiciais | Garantia em processos judiciais em discussão | Garantia judicial - DVS | Valor estipulado para causa defendida Limite R\$ 100.000 |
| Vida em grupo | Morte, Invalidez, Cesta básica e Assistência funeral | Vida em grupo - apólice nr. 853261 | 30 vezes o salário base do colaborador |
| Transportes nacionais e internacionais | Danos às cargas transportadas e roubo | Transportes Nacionais e Internacionais-TN = 3331 EXP 9950 e IMP 9951; | Valor de nota fiscal ou fatura comercial |

As apólices de riscos operacionais, responsabilidade geral, responsabilidade civil D&O, transportes nacionais e internacionais, saúde e vida em grupo, são apólices estipuladas pela controladora Paranapanema S.A.

As demais apólices são exclusivas de cada empresa

27. Previdência privada

O plano de previdência complementar e contrato de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, instituídos pela Companhia e empresas controladas é um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados cujas principais características são resumidas abaixo:

i) PGBL

Após atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, desde que desligado da Companhia; da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de

desligamento da empresa antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia.

ii) VGBL

A Companhia e suas empresas controladas são contratantes do seguro de vida por sobrevivência sem, no entanto, participarem do custeio. O custeio consistirá no pagamento de prêmios pelo segurado à BrasilPrev, e os benefícios a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado formado pelos prêmios líquidos efetuados ao plano.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas em dezembro de 2011 é de R\$2.762 (R\$2.380 em 2010).

28. Relacionamento com auditores independentes

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

No exercício de 2011, Paranapanema S. A. e empresas controladas utilizaram serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

29. Eventos subsequentes

A Paranapanema S.A. iniciou em 15 de fevereiro de 2012 as negociações das ações ordinárias no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o mais alto nível de Governança Corporativa.